

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL NO SÉCULO XX

Maria Salet Ferreira Novellino *

Resumo

Descreve-se o movimento feminista através das organizações que emergiram ao longo do século XX e de suas intervenções, as quais voltam-se para os interesses estratégicos ou práticos das mulheres. Nas primeiras décadas, a questão central era a igualdade jurídica. Entre os anos 40 e 70, confunde-se movimento de mulheres e luta contra um estado autoritário. Em meados dos anos 70 surgem grupos feministas inspirados nas palavras de ordem ‘o pessoal é político’ e ‘nosso corpo nos pertence’. Ao final dos anos 80, emerge um novo tipo, as ONGs, as quais caracterizam-se por intervenções planejadas e contínuas.

Palavras - chave: movimento feminista; feminismo; organizações feministas

Abstract

Feminist movement is described through the organizations that emerged during the 20th century and their interventions regarding women’s strategic and practical interests. In the first decades, the main issue was the juridical equality between women and men. In the years 40-70, women’s interests and the fight against an authoritative state were intertwined. In the middle of the 70’s, emerged feminist groups inspired by the second feminist wave and their slogans ‘the personal is political’ and ‘our body is ours’. By the end of the 80’s, emerged a new type, the NGOs, characterized by their planned and continuous interventions.

Key – words: feminist movement; feminism; feminist organizations

* Professora Doutora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

As mulheres se associam por interesses práticos ou estratégicos. Esses últimos derivam da constatação da subordinação das mulheres e da formulação de alternativas para enfrentar e sobrepujar essa condição. As principais questões identificadas são: divisão sexual do trabalho, inclusive do doméstico; as várias formas institucionalizadas de discriminação; a desigualdade política; liberdade de escolha quanto à reprodução; violências praticadas contra as mulheres. Os interesses práticos emergem de condições concretas, referem-se às necessidades imediatas percebidas pelas mulheres, as quais estariam na esfera da assistência esperada do Estado. (MOLINEAUX, 1985)

Na teoria feminista¹ é feita uma distinção entre movimento feminista e movimento de mulheres, estando o primeiro voltado para os interesses estratégicos e o segundo para os interesses práticos. No entanto, a análise aqui realizada das ações das organizações feministas, mostra que não há uma separação mecânica entre interesses práticos e estratégicos, mas uma relação dialética, na qual eles coexistem, prevalecendo ora um ora outro. Além do mais, o estratégico pode se realizar através do prático, isto é, de demandas concretas; e o prático pode conduzir à discussão do estratégico.

Na dinâmica dialética interesses práticos-interesses estratégicos, o movimento feminista assumiu diferentes formas ao longo do século XX, influenciado por certo pelos diversos momentos históricos pelos quais passou o país. Em suas primeiras décadas, as mulheres lutavam por seus direitos políticos: votarem, serem votadas e exercerem cargos públicos. Prevaleciam, neste momento, os interesses estratégicos. Esse modo de organização, que marca o início do movimento feminista, luta pelo rompimento da reclusão das mulheres à esfera privada e, conseqüentemente, para o acesso delas, com segurança, à esfera pública, reivindicando igualdade jurídica entre mulheres e homens, maior facilidade de acesso à educação e ao emprego remunerado.

¹ Ver, por exemplo, Pinto (1992).

Nos anos 30, a partir da promulgação do novo código eleitoral (1932), que incluía as mulheres no rol de eleitoras e de candidatas, a luta pelo direito ao voto foi substituída por ações voltadas a estimular as mulheres maiores de 21 anos e alfabetizadas a se inscreverem como eleitoras bem como para organizar candidaturas femininas com programas de interesse das mulheres.

Entre o final dos anos 30, com o fechamento do Congresso, e até os anos 60, o movimento feminista sofre um refluxo e emerge um movimento contra a ditadura, procurando organizar a população para enfrentá-la. Mulheres militantes de partidos e de organizações de esquerda, criam organizações 'femininas' com cunho político tomando como bandeiras os interesses práticos das mulheres das classes trabalhadoras.

A partir dos anos 70, sob influência do feminismo que se firmava no cenário do mundo ocidental, as mulheres se organizam em torno de seus interesses estratégicos: direito ao prazer e livre-determinação sobre o corpo e questionamento efetivo das relações de poder com os homens tanto na esfera privada quanto na pública. A luta centra-se na politização do privado, discutindo o cotidiano no que tange às relações desiguais de poder entre mulheres e homens e, como consequência, trazendo à público a vida privada: violências perpetradas pelos cônjuges e divisão sexual do trabalho doméstico.

Nos anos 90, preponderam as organizações não-governamentais, ao qual aderem as ativistas feministas. Seguem projetos de intervenção com orçamentos financiados por organismos internacionais ou pelo Estado. Voltam-se principalmente para os interesses práticos, sem abandonar os estratégicos. Lutam pela implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres, posteriormente pelo monitoramento das políticas implementadas e, principalmente a partir do século XXI, pela participação dentro de governos municipais, estaduais e federais na execução dessas políticas.

Neste trabalho, o movimento feminista foi dividido segundo as diferentes fases acima mencionadas, nos seguintes períodos: décadas de 10 a 40; 40-70; 70-80 e 80-90.

2. O MOVIMENTO FEMINISTA DAS DÉCADAS DE 10 A 40

O movimento feminista que se inaugura nos anos 10 volta-se para os interesses estratégicos das mulheres. Percebia-se que sua inserção na esfera pública, ainda incipiente, haveria que se iniciar pela plena participação na vida política do país, como eleitoras e como candidatas. Acreditavam que tendo essa primeira igualdade jurídica sido alcançada, uma maior participação na educação formal e no trabalho remunerado viria à reboque. Ademais, preocupavam-se com a educação política das mulheres para estimulá-las a participar da vida pública com capacidade crítica.

As principais organizações feministas do período foram: *Partido Republicano Feminino* e a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino*.

Em 1910, ano de eleição presidencial, ainda na República Velha (1889-1930), foi fundado, no Rio de Janeiro, sob a liderança da professora e jornalista Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) e da poetisa Gilka Machado o *Partido Republicano Feminino* (PRF), assim chamado ironicamente, pois que composto exclusivamente por mulheres às quais eram negados direitos políticos. Embora os homens não pudessem, pelo estatuto da organização, fazer parte dela, as suas militantes buscavam apoio para sua causa, daqueles com influência política e social. O PRF era composto, majoritariamente, por professoras. (KARAWJCZYK, 2014)

A sua principal ação foi uma passeata, em 1917, com cerca de 90 mulheres no Rio de Janeiro (então Capital Federal) em protesto contra a derrota de emenda à Lei Eleitoral apresentada pelo deputado Maurício de Lacerda, que incluía o alistamento das mulheres maiores de 21 anos, a qual foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. (KARAWJCZYK, 2014)

As demais ações do PRF foram: lançamento de publicações, comparecimento a solenidades cívicas e a sessões da Câmara dos Deputados e do Senado para acompanhar votação de assuntos de interesse das

mulheres. Além disso, realizaram algumas conferências com o objetivo de ‘educar politicamente a mulher’. Desaparece, porém, ao final da mesma década em que foi criado. O PRF também tinha como bandeiras a emancipação das mulheres e que os cargos no serviço público fossem abertos a todos os brasileiros independente do sexo. (HAHNER, 2003; PINTO, 2003)

Em 1920, Bertha Lutz (1894-1976), recém-chegada de Paris, onde se formou em biologia na Universidade de Sorbonne, e Maria Lacerda de Moura (1887-1945), professora e escritora, fundaram, no Rio de Janeiro, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM), que tinha como foco a emancipação intelectual das mulheres, e que assumiu a luta pelo voto feminino. A atuação das ativistas da Liga consistia, basicamente, em dar entrevistas, escrever artigos para jornais sobre o direito ao voto para as mulheres bem como dar subsídios, sobre esta questão, para os parlamentares que as apoiavam. (HAHNER, 2003; PINTO, 2003)

A LEIM foi posteriormente rebatizada como *Liga pelo Progresso Feminino*. Com a adesão de outros estados, formou-se a *Federação das Ligas pelo Progresso Feminino*, que deu origem, em 1922 à *Federação Brasileira para o Progresso Feminino* (FBPF), tendo à frente Bertha Lutz. Tal como consta do seu estatuto, tinha como objetivos promover a educação feminina e elevar o nível de sua formação escolar; proteger mães e crianças; conquistar uma legislação trabalhista para a mulher; expandir sua consciência política e social; assegurar os direitos políticos garantidos à mulher pela Constituição e instruí-la no exercício inteligente desses direitos. (HAHNER, 2003)

A FBPF tinha representação em quase todos os estados brasileiros e sede no Rio de Janeiro e era comandada por uma elite de mulheres educadas – muitas com diploma universitário, as quais eram filhas de industriais, intelectuais, militares, políticos ou profissionais liberais. Por meio de viagens e/ou leituras, tomaram conhecimento das ações das ativistas dos movimentos feministas europeu e estadunidense. No entanto, diferentemente dessas feministas, evitavam confrontos com a força instituída e procuravam estabelecer articulações com políticos com

o intuito de sensibilizá-los para a causa do voto feminino. (HAHNER, 2003)

Sua estratégia na luta pelo direito ao voto compreendia propaganda e contatos com a elite política, e expansão da sua rede para os estados brasileiros. Bertha Lutz e outras líderes sufragistas faziam resenhas para a imprensa e, frequentemente, davam entrevistas a rádios, jornais e revistas. No início dos anos 30, a FBPF manteve um programa de rádio: *Cinco Minutos de Feminismo*; organizou fóruns públicos de discussão, lançou manifestos, campanhas de cartas e petições, na tentativa de obter registro como eleitoras, além de acompanhar as sessões do Congresso. (SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2000; HAHNER, 2003)

A FBPF organizou três congressos – dois internacionais e um nacional. O primeiro, em 1922, ano de sua criação, contou com a participação de uma líder feminista holandesa e outra estadunidense. Como resultado deste Congresso, foi criada a *Aliança Brasileira pelo Voto Feminino*. Foram também convidados, para este evento, políticos simpatizantes ao voto feminino. Cabendo ao senador por Santa Catarina Lauro Muller discursar e presidir a sessão final do Congresso. Neste primeiro congresso tratou-se não só do direito ao voto, mas também do bem-estar das crianças, da educação e do trabalho. Mulheres representantes de associações de professoras e comerciárias bem como mulheres trabalhadoras descreveram os problemas que enfrentavam tais como horas excessivas de trabalho, baixa remuneração, insalubridade no local de trabalho, assédio sexual e demandavam por uma legislação trabalhista com maior protetividade. (SOIHET, 2000)

O segundo Congresso (1931) tinha como objetivo ganhar mais adeptas para o movimento sufragista e fazer maior propaganda da bandeira do voto feminino. Tomaram parte neste Congresso representantes de 15 estados brasileiros, além dos da capital, bem como representantes de oito países estrangeiros. O seu programa compunha-se, além da igualdade jurídica entre mulheres e homens, das seguintes seções: educação e instrução; proteção às mães e à infância; o trabalho feminino no comércio e na indústria; exposição do lar moderno e atividades femininas

profissionais; questões sociais, que incluía o papel da mulher na assistência social como voluntária e como profissional, polícia feminina e regime penitenciário feminino. Ao final, são fechadas as seguintes propostas: concessão de licença remunerada a operárias e comerciárias; salário mínimo; férias remuneradas; igualdade salarial para homens e mulheres; higiene e adequação das instalações dos estabelecimentos fabris e comerciais; criação de um serviço para mulheres e crianças, o qual se encarregaria de questões relacionadas ao trabalho dos menores e das mulheres. (SOIHET, 2000; HAHNER, 2003)

Após esse Congresso, em 1932, foi concedido às mulheres brasileiras o direito de votar e de se candidatar a cargos políticos. Apesar dessa vitória, elas só voltariam a se reunir em 1936, após Bertha Lutz assumir mandato na Assembleia Nacional Constituinte. Bertha Lutz não havia sido eleita, porém conseguiu a primeira suplência, assumindo o mandato de deputada federal em 1936, após o falecimento do titular da cadeira. Esse terceiro Congresso tinha como objetivo organizar uma agenda para a atuação parlamentar das feministas eleitas ligadas à FBPF. As discussões principais se deram em torno do Estatuto da Mulher, elaborado pela advogada Maria Luísa Bittencourt e que procurava definir os direitos das mulheres e também sobre a criação de um Departamento Nacional da Mulher.

Para a Assembleia Constituinte Nacional (1933) foi eleita apenas uma mulher, a médica paulista Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), a qual discordava da plataforma feminista defendida por Lutz. Para as Assembleias Constituintes Estaduais (1934) foram eleitas nove mulheres. Dessas, três eram integrantes da FBPF.

Com o primeiro Congresso visava-se uma articulação com parlamentares procurando sensibilizá-los para o voto feminino; com o segundo, procurou-se ampliar as bases da FBPF em todo o Brasil; e com o terceiro, procurou-se desenhar uma estratégia de ação para Bertha Lutz na Assembleia Nacional Constituinte.

Na Câmara, Bertha criou e presidiu a Comissão do Código Feminino. Nesta posição, pressionou os outros

deputados para que sancionassem o Estatuto da Mulher, o qual tratava da situação legal e dos direitos sociais da mulher e incluía regras específicas sobre o trabalho das mulheres. Bertha propôs também a criação de um Departamento Nacional da Mulher, o qual teria como função supervisionar os serviços relacionados às questões femininas fundamentais: trabalho, proteção à criança, e situação e direitos no lar. Em um ano e cinco meses de atuação, participou ativamente de discussões sobre educação, inclusive sobre a estruturação da recém-criada Universidade do Brasil; sobre saúde, principalmente sobre o número reduzido de estabelecimentos hospitalares; e a assistência à maternidade e à infância; defendeu também a criação de um plano sanitário para o então Distrito Federal. (HAHNER, 2003)

Não houve tempo, porém, para que as propostas do Departamento e do Estatuto fossem votadas. O Congresso foi fechado em 10 de novembro de 1937 com a instauração do Estado Novo (1937-1945).

3. O MOVIMENTO FEMINISTA DAS DÉCADAS DE 40 A 70

O movimento feminista pós-FBPF caracteriza-se pela criação de organismos ligados a partidos ou frentes de esquerda, os quais procuravam organizar as mulheres em torno de seus interesses práticos. Temos como exemplos a *União Feminina do Brasil* (UFB) e a *Federação de Mulheres do Brasil* (FMB). Neste período confunde-se interesses práticos e estratégicos. Voltavam-se para os interesses específicos das mulheres das classes trabalhadoras, mas tinham como propósito maior a emancipação social e econômica dessas mulheres, na perspectiva predominante na esquerda da época de uma vanguarda guiando as classes populares.

A *União Feminina do Brasil* (UFB), ligada à *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), ambas fundadas em 1935, tinha como propósito conduzir lutas por melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres, principalmente as operárias. Tinha como programa a luta pelos direitos econômicos, sociais, políticos e civis das mulheres. A ANL era uma frente que reunia partidos e organizações de esquerda e

progressistas em torno da luta contra o imperialismo e o fascismo, agregando classe média e operariado. Tal como a ANL, a UFB era composta por mulheres da classe média e da classe trabalhadora, as quais procuravam mobilizar as mulheres e ganhar, assim, um maior apoio delas para o programa da ANL. A União, assim como a ANL foram postas na ilegalidade no mesmo ano de sua fundação por decreto do então presidente Getúlio Vargas. (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000)

Outra organização do período foi a *Federação de Mulheres do Brasil* (FMB) (1949-1957), cuja orientação às suas afiliadas era conduzir campanhas que expressassem as necessidades das mulheres das classes trabalhadoras, tais como: bica d'água, calçamento de uma rua, carestia de vida, merenda escolar, etc. Mas não deixavam de discutir, em suas assembleias, interesses estratégicos, como igualdade salarial entre mulheres e homens bem como demanda por creches em empresas como forma de garantir o acesso das mulheres ao trabalho remunerado. No movimento contra a carestia participaram da Passeata da Panela Vazia em 1953, neste mesmo ano fizeram parte da Greve dos 300 mil em São Paulo e, aproveitando a conjuntura mais favorável à organização de trabalhadoras e trabalhadores cuidaram da instalação de departamentos femininos em sindicatos². A FMB congregava organizações de mulheres de onze estados. Abrigava mulheres de várias tendências de esquerda, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que esteve na legalidade entre 1945 e 1947. Foi extinta, assim como outras organizações de mulheres, pelo governo Juscelino Kubitschek em 1957. (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000; TABAK, 2002)

Este período pode ser considerado como de refluxo do movimento feminista, pois as lutas conduzidas pelas mulheres não seriam feministas no sentido de lutarem pela transformação da condição de subalternidade das mulheres na sociedade. No entanto, como expressão do movimento social organizado de mulheres, não deve

² Entre 1937 e 1945 vivia-se o Estado Novo, ditadura instaurada após o Golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas. Em 1951 ele volta ao poder pelo voto, após governo de Eurico Gaspar Dutra, que reprimiu fortemente a organização dos trabalhadores.

ser excluído da sua história, mas visto como a ação possível e necessária naquele momento histórico.

4. O MOVIMENTO FEMINISTA DAS DÉCADAS DE 70 A 80

O movimento feminista que se inaugura nos anos 60, centra-se na liberação feminina dos papéis que lhes são atribuídos por uma sociedade patriarcal. Toma como palavras de ordem: ‘o pessoal é político’, o que significa que muitas questões vistas e tratadas como próprias da esfera privada, deveriam ser trazidas à discussão na esfera pública; e ‘nosso corpo nos pertence’, que introduz a discussão sobre a sexualidade das mulheres, a qual não se poderia reduzir às suas funções reprodutivas.

Inicia-se com grupos feministas autônomos que se reuniam para discutir, em ambiente privado, as questões acima. Esses grupos eram formados por aquelas que tiveram contato com o feminismo como movimento e como teoria nos Estados Unidos e na Europa, onde foram estudar ou estiveram exiladas. Posteriormente, algumas dessas feministas passaram a atuar em organizações feministas.

As organizações representativas deste período são o *Centro da Mulher Brasileira* (CMB) e o *Coletivo de Mulheres*. O *Centro da Mulher Brasileira* (CMB) (1975-1982), tinha como finalidade difundir no Brasil o programa da Década da Mulher das Nações Unidas (1975-1985), denunciar a discriminação contra as mulheres e realizar pesquisas sobre questões de interesse das mulheres. Ademais, previam a criação de um departamento de ação comunitária voltado para os interesses práticos das mulheres da classe trabalhadora. O CMB mantinha uma sede no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde promovia atividades regulares: realizava seminários, reuniões, editava boletins, organizava as comemorações de 8 de março, e também oferecia assistência jurídica e psicológica. (TABAK, 2002)

O CMB tinha um amplo leque de reivindicações, que ia de anistia política à criação de creches, acesso das mulheres a controle de natalidade e legislação protetora do trabalho feminino. A partir do final de 1979, com a anistia, outras questões passaram a ser

incorporadas às discussões do CMB: sexualidade, violência, etc. (SCHUMAHER; VITAL BRAZIL, 2000; TABAK, 2002; PINTO, 2003; PEDRO, 2006)

O CMB abrigava três tendências: feminismo liberal, feminismo radical e feminismo marxista ortodoxo. Inicialmente, suas ações tinham um caráter mais liberal, mas a partir de 1977 tornou-se mais marxista, sendo a maior parte das mulheres ligadas ao PCB. Com a predominância do PCB no CMB, o Centro foi perdendo sua especificidade feminista, que foi sendo substituída pela ideia de um movimento popular de mulheres tendo como bandeiras liberdade democrática e anistia política. (GOLDBERG, 1987 apud PEDRO, 2006)

A convivência entre essas diferentes tendências dentro do CMB resultou numa cisão dentro do Centro, da qual emergiu o *Coletivo de Mulheres* (CM), em 1979, constituído principalmente por feministas que estiveram exiladas na Europa no período da ditadura, sendo sua principal palavra de ordem “nosso corpo nos pertence”, que incluía a liberalização do aborto. (TABAK, 2002) Lançaram o ‘Documento das Vinte e Três’, no qual defendiam a autonomia em relação a partidos e organizações políticas e a retomada dos interesses exclusivamente estratégicos.

Vários grupos feministas foram formados no país, os quais se organizaram para difundir o feminismo; alguns deles através de publicações periódicas, como: *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*.

5. O MOVIMENTO FEMINISTA NAS DÉCADAS DE 80 E 90

O movimento feminista desse período caracteriza-se pela organização das ativistas em organismos mais estruturados –as organizações não governamentais (ONG). As ONGs feministas pautavam suas ações a partir de projetos, os quais dependiam, para a sua execução, de financiamento. O desenvolvimento de projetos com o apoio de agências internacionais de cooperação já era um recurso utilizado pelas feministas desde o apoio financeiro da Fundação Ford a estudos e pesquisas sobre as mulheres gerido pela Fundação Carlos Chagas, que teve início em 1975.

O contexto de emergência do movimento feminista dos anos 80 e 90 foi o do início do processo de redemocratização do país, o qual possibilitou a reorganização da sociedade civil para lutar pela garantia de seus direitos, redimensionando a relação entre movimento social e Estado. Durante a ditadura, o movimento feminista, assim como o movimento social como um todo, tinha uma posição de confronto em relação ao Estado. Com o retorno à democracia, a postura passou a ser reivindicatória, apoiada na pressão internacional por políticas públicas que considerassem as especificidades das mulheres, o que levou o Estado a solicitar a cooperação das feministas no planejamento e execução de políticas e serviços e estimulou a que se institucionalizassem.

Uma mudança radical no movimento desse período foi a origem do apoio financeiro. Alvarez (1999, 2003) e Pinto (2003) criticam duramente as intervenções dessas organizações feministas ditas ‘institucionalizadas’ e dependentes de financiamento externo. Criticam a moderação do discurso, a distância do ativismo a qual acabou por levar a intervenções menos críticas e progressistas em relação às políticas públicas. Ou afirmam que a institucionalização do movimento feminista levou a que direcionassem seus projetos e ações para as questões definidas não por suas organizações, mas pelas agências financiadoras, que eram principalmente saúde e direitos reprodutivos. (SARTI, 2001).

Com a reorganização da sociedade civil segundo interesses específicos (mulheres, meio-ambiente, etnia) em um contexto neoliberal de terceirização do que antes seria função exclusiva do estado (atendimento às mulheres das classes populares), era necessário profissionalizar para conseguir financiamento de agências internacionais, o que ao mesmo tempo que limitava temas e ações (projetos somente seriam financiados se alinhados com os interesses da agências) possibilitava uma existência mais duradoura e eficiente dessas organizações. Se críticas foram feitas pelo abandono de posturas mais radicais, é importante enxergar a grande contribuição dessas organizações na oferta de serviços voltados para o atendimento de mulheres no que tange à saúde reprodutiva e à violência, questões centrais para as mulheres. Elas não

abandonaram os interesses estratégicos das mulheres, pois que desenvolviam ações que traziam à luz a subordinação das mulheres.

Esse financiamento foi assumindo uma proporção tão grande que, em 2005, das 35 ONGs voltadas para questões de gênero no Brasil, apenas sete (20%) não recebiam apoio financeiro de uma agência internacional de cooperação. (ABONG 2005). Devido ao grande número de ONGs, a análise a seguir foi realizada considerando-as em seu conjunto.

5.1. As organizações feministas dos anos 80 e 90

As ONGs feministas aqui analisadas, foram identificadas no banco de dados da Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Encontrei 35 ONGs das quais selecionei, para esta análise, as 21 ONGs que tinham sítio na Web à época, de onde extrai as informações utilizadas nessa análise. Dessas 21 ONGs feministas, 11 haviam sido criadas durante a década de 1980 e 10 haviam sido criadas nos anos 1990.

Quanto às suas localizações, elas se concentravam no Rio de Janeiro e em São Paulo, Região Sudeste: treze ONGs na Região Sudeste; três na Região Nordeste; quatro na Região Centro-Oeste, sendo que três delas na Capital Federal; e apenas uma na Região Sul.

Examinei os enunciados de suas missões tal como apareciam em seus sítios. Várias ONGs voltam-se para a conscientização e luta contra as desigualdades de gênero (9 ONGs) bem como as desigualdades étnicas (3 ONGs) e religiosas (1 ONG). Algumas voltam-se para o combate à discriminação sexista e racista (2) e à homofobia (1) bem como à exploração sexual (1). A preocupação com a proposição e o monitoramento de políticas públicas aparece nos enunciados de 6 ONGs. Saúde e direitos sexuais e reprodutivos são questões centrais para 5 ONGs; violência de gênero para 3 ONGs. Outras questões colocadas nas missões das ONGs foram: autonomia (1), empoderamento (1), capacitação para o mercado de trabalho e geração de renda (2) e bioética (1).

Analisei os projetos que desenvolviam e os classifiquei em onze categorias. O maior número de projetos (14), voltam-se para educação e capacitação; seguido por

oito na área de saúde reprodutiva; seis na área de políticas públicas e mais seis voltados para violência doméstica. Com três projetos cada um temas: direitos humanos, direitos reprodutivos, e representação política. Com apenas um projeto temas: bioética, creche, discriminação racial, e informação e comunicação.

O resultado acima indica que há uma forte relação entre as ONGs e as mulheres das classes trabalhadoras, para as quais os projetos de educação e capacitação (14) são destinados. Note-se que 'saúde e direitos reprodutivos', continua forte, com 11 projetos. Outros temas que sobressaíram foram políticas públicas, violência, direitos humanos e representação política. As questões centrais no que tange aos direitos humanos das mulheres são: discriminação contra a mulher, violência contra a mulher e os direitos sexuais e reprodutivos.

As ONGs eram dirigidas, em sua grande maioria por mulheres com alto nível de escolaridade. Das 21 ONGs analisadas, treze estavam sob responsabilidade de mulheres com nível superior. Dentre estas, cinco eram sociólogas.

Todas as 21 ONGs analisadas recebiam financiamento de agências internacionais. Ao todo, eram 42 agências, 23 delas na Europa e 19 na América do Norte. Das agências europeias, 9 estavam na Alemanha, 6 na Inglaterra, 3 na Holanda, 2 na Suíça, 1 na Espanha e outra na Noruega. Das norte-americanas, 15 eram estadunidenses e 3 canadenses. Em geral, as agências financiavam mais de uma ONG; assim como as ONGs recebiam financiamento de mais de uma agência. As duas Agências que mais financiavam eram as estadunidenses Ford e MacArthur. A primeira financiava projetos de doze ONGs e a segunda, de dez ONGs. A EuropeAid financiava projetos de cinco ONGs e o Fundo de População das Nações Unidas, quatro. Deve-se ressaltar que uma mesma ONG pode receber financiamento de várias Agências. Como uma mesma ONG desenvolve, simultaneamente, mais de um projeto, identifiquei 86 financiamentos. Sessenta por cento deles, vinham dos EUA e 20% da Alemanha.

Na relação tema do projeto e agência, temos o seguinte: a área de saúde e direitos reprodutivos é a

mais contemplada com financiamentos: pela Ford, 2/3 do total, pela MacArthur, 60% do total; e representa 40% do total do financiamento da Europeaid para as ONGs feministas.

Apesar do financiamento das agências internacionais garantirem a realização dos projetos das ONGs feministas, este apoio pode gerar o seguinte problema: as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham. Neste contexto, pode ser dito que as agências internacionais de cooperação têm, em certa medida, imposto as áreas temáticas a serem privilegiadas, bem como o modo de abordá-las.

A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais: a luta contra o patriarcado tanto no espaço público quanto no privado e livre-determinação sobre o corpo foram sendo substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções passíveis de serem financiadas pela Agências ou pelo Estado. Como consequência, assumiram papéis esperados pelas Agências: serem órgãos de monitoramento de políticas e serviços públicos bem como serem espaços de prestação de serviços.

Das organizações acima analisadas, gostaria de destacar aquelas criadas e voltadas para as mulheres negras, cujo contexto de emergência descrevo sucintamente abaixo.

5.2. As organizações feministas de mulheres negras

Uma crítica feita ao feminismo dos anos 70 e 80 dizia respeito ao fato de ser composto e pensado por e para mulheres brancas, e a opressão considerada era a sexista, ignorando questões de classe e de raça. Entendendo como objetivo do feminismo a igualdade com os homens, focava nos direitos individuais em detrimento de mudanças sociais. (THOMPSON, 2002)

As organizações feministas negras, que emergem nos anos 80 e 90, seguindo o padrão de ONGs, foram inicialmente compostas por mulheres que romperam ou com o movimento negro (que reproduzia no seu

interior as relações desiguais de poder entre homens e mulheres) ou com o movimento feminista, que se centrava na desigualdade de gênero, universalizando-a e, assim, deixando de considerar as diferentes identidades entre as mulheres.

O que distingue primeiramente as organizações geridas e voltadas para as mulheres negras das outras é o fato de desenvolverem suas ações sob uma perspectiva ao mesmo tempo de gênero e racial. (SANTOS, 2009) Como consequência, suas práticas visam combater causas e efeitos dessa dupla opressão bem como propor e monitorar políticas voltadas para as mulheres negras. (SANTOS, 2009)

Cardoso (2016), a partir de depoimentos de ativistas negras feministas lista uma série de elementos constitutivos do feminismo negro, alguns dos quais destaque a seguir: articulação com outros movimentos sociais em defesa da comunidade negra e de sua cultura; desenvolvimento de uma proposta epistemológica visando a descolonização do conhecimento; compromisso de enfrentamento do racismo, sexismo e heterossexismo; compromisso de incorporar questões raciais na agenda feminista reorientando o modo pelo qual o movimento de mulheres vê o racismo e seu impacto nas relações de gênero.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

O movimento feminista do século XX foi aqui analisado considerando-se os interesses dessas mulheres, seja os estratégicos, identificados por sua vanguarda, seja os práticos, identificados, por essa vanguarda, pela análise das necessidades das mulheres das classes trabalhadoras. Essas necessidades bem como o modo de relação entre a vanguarda do movimento e as mulheres alvo de suas ações, foram profundamente influenciados pelos contextos políticos nacional e internacional.

Do lado nacional, desenrolou-se em momentos de democracia, ainda que com resquícios oligárquicos e em momentos de governos autoritários, que interditavam quaisquer associações, inclusive as de mulheres. Do lado internacional, os movimentos feministas europeu e norte-americano influenciaram

principalmente as mulheres já engajadas no movimento social ou com interesse em uma maior participação política.

Nas últimas décadas do século, as Nações Unidas com suas conferências mundiais voltadas para as mulheres, cuja primeira foi realizada na cidade do México, o que favoreceu a participação de brasileiras, incentivou um movimento que começa a se pensar mais estruturado para acompanhar o estímulo de organismos internacionais à luta contra a desigualdade de gênero como fator de desenvolvimento socioeconômico bem como de direitos humanos. Essa estruturação foi necessária para oferecer serviços para um público maior de mulheres a partir deste momento possível pelo apoio financeiro de agências de fomento e posteriormente pelo Estado, que tinha como meta parcerias com essas organizações, visando a terceirização de suas políticas.

Embora criticada por alguns por adaptar seus objetivos aos daqueles que financiavam suas ações, as organizações feministas das últimas décadas do século XX foram as que tiveram vida mais longa e não apenas ofereceram serviços, mas desenvolveram estudos e pesquisas, publicaram, organizaram-se em redes nacionais e internacionais. Ademais, foram responsáveis pela existência das organizações governamentais voltadas para as mulheres criadas no século XXI, das quais foram os embriões.

REFERÊNCIAS

- ABONG. www.abong.org.br (acessado em 17 de março de 2005)
- ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American feminist NGO 'boom'. *International Feminist Journal of Politics*, v.1, n.2, p. 181-209, 1999.
- ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, v.11, n.2, p. 541-575, 2003.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Feminisms from the perspective of Afro-Brazilien women. *Meridians: feminism, race, transnationalism*, v.14, n.1, p. 1-29, 2016.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, n.1, p. 64-84, 2014.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? Women’s interests, the state, and revolution in Nicaragua. *Feminist Studies*, v. 11, n.2, p. 227-254, 1985.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. V.26, n.52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: Costa, Albertina de Oliveira, org. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC. p.127-150, 1992.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Sociedade e Cultura: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais*, v.12, n. 2, p.275-288, 2009.

SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n.16, p.31-48, 2001.

SCHUMACHER, Schuma; Vital Brazil, Érico, org. (2000) *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 567 p.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n.15, p.97-117, 2000.

TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

THOMPSON, Becky. Multiracial feminism: recasting the chronology of second wave feminism. *Feminist Studies*, v.28, n.2, p. 336-360, 2002.